Notícias do dia 30 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 7

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO
Metrobus adia edital de aluguel dos ônibus elétricos . . . 3

JORNAL O HOJE - GO - CAPA
TCE - GO
Metrobus adia pregão de ônibus elétricos após recomendação do MP . . . 5

JORNAL O HOJE - GO - CIDADES
TCE - GO
Metrobus adia pregão dos ônibus eletrônicos após recomendação do Ministério Público . . . 6

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Metrobus adia pregão dos ônibus eletrônicos após recomendação do MP . . . 7

PODER GOIÁS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
Metrobus adia para junho edital para alugar 114 ônibus elétricos . . . 8

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Estudo do TCE-GO sobre primeira infância mostra situação crítica em todo o Brasil . . . 9

JORNAL HOJE ONLINE - NOTÍCIA
TCE - GO
Portal mapeia indicadores e acende alerta sobre situação das crianças na primeira infância . . . 10

CARLOS BRITTO - PETROLINA - PE - NOTÍCIAS
TCE - GO
Ranilson Ramos participa de reunião com presidentes dos Tribunais de Contas . . . 11

Metrobus adia edital de aluguel dos ônibus elétricos

Vandré Abreu

A Metrobus, empresa de economia mista que detém a concessão da operação do Eixo Anhanguera e suas extensões, acatou parcialmente a recomendação feita pela promotora Leila Maria de Oliveira, da 50ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO), e adiou o edital de licitação para o aluguel de 114 ônibus elétricos.

Na segunda-feira (25), o documento emitido ao presidente da empresa, Francisco Caldas, era de suspensão imediata do Pregão Eletrônico até a conclusão do estudo de viabilidade econômico-financeira realizado pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). No entanto, a escolha foi por adiar a licitação, que ocorreria no dia 4 de maio, para o dia 6 de junho.

O informe de adiamento foi assinado no fim da tarde de quinta-feira (28) e publicado na sexta-feira (29). Um novo edital também foi realizado pela Metrobus, mas a única mudança é com relação à data de realização do Pregão Eletrônico. O documento continua informando a intenção de alugar 114 ônibus elétricos por um prazo de 16 anos e no valor global de R$ 1.460.726.096,76, ou seja, cada veículo custaria mensalmente R$ 69.594,84.

O objeto da licitação inclui também a manutenção integral dos veículos, a implantação e instalação da infraestrutura de recarga e suporte, e a adaptação da estrutura da oficina e garagem da Metrobus. Na recomendação, a promotora alegou que a empresa deveria demonstrar a vantagem de alugar os veículos ao invés de adquiri-los.

O edital do pregão informa que há vantagem na locação pela viabilidade de manutenção, visto a dificuldade de encontrar peças e oficinas responsáveis pelo tipo de ônibus, mas não existe um demonstrativo financeiro ou planilha que comprova um custo mais reduzido, como deveria ter, segundo a promotora.

Quando o edital foi divulgado, no dia 2 de abril, o secretário-geral de Governadoria, Adriano da Rocha Lima, afirmou que havia vantagem para o Estado no aluguel dos ônibus visto que, no mercado, cada um deles tem o custo aproximado de R$ 3,4 milhões. Ele disse ainda, na época, que o custo de manutenção do ônibus elétrico é mais barata do que em relação aos veículos a combustão.

O Estado de **Goiás** ainda deve arcar, com o novo edital, com o custo da energia elétrica para abastecer os ônibus, que está estimado em R$ 3 mil por mês para cada um. Rocha Lima contou ainda que a estimativa de custo de combustíveis para os ônibus a óleo diesel é de cerca de R$ 15 mil mensais.

Outro ponto é a questão do prazo do contrato em 16 anos, já que a concessão da Metrobus vence daqui a 9 anos. Recentemente, a Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos (CDTC), que é presidida por Rocha Lima, aprovou deliberação em que determina que a empresa sucessora da concessão do Eixo Anhanguera permaneça com os contratos.

O artigo foi até mesmo questionado pelo representante de Aparecida de **Goiânia** na CDTC, o procurador do município, Fábio Camargo. Ele disse, à época, que não faria sentido uma empresa ter de arcar com qualquer contrato assinado pela anterior, já que haveria a possibilidade de que um outro fornecedor tenha um custo mais favorável à operação.

A recomendação do MP completa ainda com o questionamento sobre como ficaria a planilha de custos da empresa, já que não haveria o gasto com óleo diesel, componente cuja variação do valor é utilizado no cálculo de reajuste tarifário anual.

Válido lembrar que a aprovação da CDTC para o uso dos ônibus elétricos é restrita à Metrobus e ao Eixo Anhanguera e suas extensões. Na resposta dada ao MP, a concessionária garante que vai responder aos questionamentos da promotora em até 20 dias e reforça que o processo foi feito de forma transparente, depois de uma consulta pública e em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (Sedi) e com a Controladoria-Geral do Estado (CGE).

O documento assinado pelo presidente Francisco Caldas alertou sobre a necessidade de uma solução rápida para o andamento do pregão, visto a situação precária da atual frota da empresa. A previsão inicial era que os primeiros veículos chegassem a **Goiânia** até agosto. O novo edital mantém a previsão de 15 ônibus até o final do ano.

114 ônibus elétricos estão previstos para se tornarem a nova frota da Metrobus, que só estaria completa a partir de 2024

1,4 bilhão de reais é o valor estimado para ser pago pelo aluguel dos veículos por 16 anos. Estado ainda vai arcar com os custos de energia

Veículo elétrico a ser utilizado no Eixo Anhanguera: compra no mercado sairia por cerca de R$ 3,4 milhões

Site: https://opopular.com.br/digital/30-abril-2022/1o-caderno

Metrobus adia pregão de ônibus elétricos após recomendação do MP

Promotora de Justiça do Ministério Público, alega que não houve a inclusão de estudos técnicos ou planilhas de custos para avaliar se é mais vantajoso alugar ou comprar os novos veículos. A Metrobus decidiu acatar recomendação do Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) e adiou o pregão eletrônico, que inclui a locação de 114 ônibus elétricos, até a conclusão de estudo de viabilidade pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Cidades 10

Site: https://ohoje.com/impresso/5647-48/

Metrobus adia pregão dos ônibus eletrônicos após recomendação do Ministério Público

A Metrobus decidiu acatar recomendação do Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) e adiou o pregão eletrônico, que inclui a locação de 114 ônibus elétricos, até a conclusão de estudo de viabilidade econômico-financeira pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) dos serviços a serem licitados. A nova data foi marcada para o dia 6 de junho. A promotora de Justiça Leila Maria de Oliveira, apontou que não houve a inclusão de estudos técnicos ou planilhas de custos para avaliar se é mais vantajoso alugar ou comprar os novos veículos.

A decisão atende orientação da promotora de Justiça, Leila Maria de Oliveira, que deu o prazo de 20 dias para que a empresa responda os questionamentos. Em nota, a Metrobus afirma que o processo foi feito de forma transparente e em conformidade com os critérios estabelecidos e reforça que houve consulta pública em torno da questão do aluguel dos 114 ônibus elétricos.

"De igual modo, também em exercício de liberalidade, no intuito de obter o máximo de análises críticas e ponderações, levou a pretensa contratação ao conhecimento prévio da SEDI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação e da CGE - Controladoria-Geral do Estado, que resultaram em pontuais recomendações e sugestões, imediatamente aceitas e incorporadas ao Processo e ao Instrumento Editalício", diz o documento assinado presidente da companhia, Francisco Caldas.

Ele ressalta que o adiamento do pregão pode acarretar no comprometimento da frota, uma vez que o cronograma de substituição dos atuais veículos, que já estão em situação precária, sofrerá alterações.

Questionamentos O Ministério Público solicitou informações sobre os fundamentos que embasaram a escolha do modelo específico de ônibus elétrico, sobre o estudo da viabilidade econômico-financeira realizado para fundamentar a locação dos 114 ônibus e qual é a facilidade de serem encontradas peças de reposição, material e mão de obra qualificada para executar a manutenção, bem como o quanto isso pode impactar nos cofres e nas despesas.

A promotora alerta que ainda precisam ser verificados vários aspectos da questão, como a vantajosidade para a empresa em locar os veículos e instalar estrutura transitória alugada, ao invés de adquirir a própria frota, e ter a possibilidade de vendê-la no futuro.

O valor mensal máximo por carro será de R$ 69,5 mil.

De acordo com a Metrobus, a iniciativa faz parte de um pacote de ações para a reestruturação do transporte coletivo em **Goiânia** e Região Metropolitana.

O edital prevê, além do aluguel dos ônibus elétricos, que é de responsabilidade da empresa vencedora a manutenção integral da frota, bem como a implantação e instalação da infraestrutura de recarga e suporte, como locação de carregadores, assim como a adaptação da estrutura da oficina e garagem da Metrobus. Também fica a cargo da contratada a apresentação de um projeto de execução contendo todas as adaptações necessárias na subestação de energia e nos terminais para a operacionalização da frota.

Critérios Os veículos propostos para operarem no eixo Anhanguera e suas extensões, conforme descrito no documento, deverão ser do tipo M3 - veículo leve sobre pneus, 100% elétrico, piso alto, articulado, com comunicação entre os vagões, sendo que pelo menos uma unidade deverá estar dotada de tração, e, com capacidade nominal mínima de 170 passageiros.

A acessibilidade deverá propiciar a condição de utilização por qualquer pessoa, com segurança e autonomia, total ou assistida. "Trata-se de um fator determinante para a aplicação operacional no sistema de transporte público e, portanto, todos os veículos definidos neste item deverão ser acessíveis", aponta. (Especial para O Hoje)

O Ministério Público solicitou informações sobre os fundamentos que embasaram a escolha do modelo

Promotora disse que não houve a inclusão de estudos

Site: https://ohoje.com/impresso/5647-48/

Metrobus adia pregão dos ônibus eletrônicos após recomendação do MP

Por Daniell Alves

A Metrobus decidiu acatar recomendação do Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) e adiou o pregão eletrônico, que inclui a locação de 114 ônibus elétricos, até a conclusão de estudo de viabilidade econômico-financeira pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) dos serviços a serem licitados. A nova data foi marcada para o dia 6 de junho. A promotora de Justiça Leila Maria de Oliveira, apontou que não houve a inclusão de estudos técnicos ou planilhas de custos para avaliar se é mais vantajoso alugar ou comprar os novos veículos.

A decisão atende orientação da promotora de Justiça, Leila Maria de Oliveira, que deu o prazo de 20 dias para que a empresa responda os questionamentos. Em nota, a Metrobus afirma que o processo foi feito de forma transparente e em conformidade com os critérios estabelecidos e reforça que houve consulta pública em torno da questão do aluguel dos 114 ônibus elétricos.

"De igual modo, também em exercício de liberalidade, no intuito de obter o máximo de análises críticas e ponderações, levou a pretensa contratação ao conhecimento prévio da SEDI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação e da CGE - Controladoria-Geral do Estado, que resultaram em pontuais recomendações e sugestões, imediatamente aceitas e incorporadas ao Processo e ao Instrumento Editalício", diz o documento assinado presidente da companhia, Francisco Caldas.

Ele ressalta que o adiamento do pregão pode acarretar no comprometimento da frota, uma vez que o cronograma de substituição dos atuais veículos, que já estão em situação precária, sofrerá alterações.

Questionamentos

O Ministério Público solicitou informações sobre os fundamentos que embasaram a escolha do modelo específico de ônibus elétrico, sobre o estudo da viabilidade econômico-financeira realizado para fundamentar a locação dos 114 ônibus e qual é a facilidade de serem encontradas peças de reposição, material e mão de obra qualificada para executar a manutenção, bem como o quanto isso pode impactar nos cofres e nas despesas.

A promotora alerta que ainda precisam ser verificados vários aspectos da questão, como a vantajosidade para a empresa em locar os veículos e instalar estrutura transitória alugada, ao invés de adquirir a própria frota, e ter a possibilidade de vendê-la no futuro.

O valor mensal máximo por carro será de R$ 69,5 mil. De acordo com a Metrobus, a iniciativa faz parte de um pacote de ações para a reestruturação do transporte coletivo em **Goiânia** e Região Metropolitana.

O edital prevê, além do aluguel dos ônibus elétricos, que é de responsabilidade da empresa vencedora a manutenção integral da frota, bem como a implantação e instalação da infraestrutura de recarga e suporte, como locação de carregadores, assim como a adaptação da estrutura da oficina e garagem da Metrobus. Também fica a cargo da contratada a apresentação de um projeto de execução contendo todas as adaptações necessárias na subestação de energia e nos terminais para a operacionalização da frota.

Critérios

Os veículos propostos para operarem no eixo Anhanguera e suas extensões, conforme descrito no documento, deverão ser do tipo M3 - veículo leve sobre pneus, 100% elétrico, piso alto, articulado, com comunicação entre os vagões, sendo que pelo menos uma unidade deverá estar dotada de tração, e, com capacidade nominal mínima de 170 passageiros.

A acessibilidade deverá propiciar a condição de utilização por qualquer pessoa, com segurança e autonomia, total ou assistida. "Trata-se de um fator determinante para a aplicação operacional no sistema de transporte público e, portanto, todos os veículos definidos neste item deverão ser acessíveis", aponta.

Site:
https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1402632/t/metrobus-adia-pregao-dos-onibus-eletronicos-apos-recomendacao-do-mp/

Metrobus adia para junho edital para alugar 114 ônibus elétricos

A Metrobus Transporte Coletivo S.A, que detém a concessão da operação do Eixo Anhanguera e suas extensões, acatou parcialmente a recomendação feita pela promotora da 50ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO), Leila Maria de Oliveira, e adiou o edital de licitação para o aluguel de 114 ônibus elétricos.

O documento emitido ao presidente da empresa, Francisco Caldas, sugeria a suspensão imediata do Pregão Eletrônico até a conclusão do estudo de viabilidade econômico-financeira realizado pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO).

No entanto, a empresa decidiu adiar a licitação que ocorreria no dia 4 de maio para o dia 6 de junho. O informe de adiamento foi publicado nesta sexta-feira, 29. Um novo edital também foi realizado pela Metrobus, mas a única mudança é com relação à data de realização do Pregão Eletrônico.

O edital continua informando a intenção de alugar 114 ônibus elétricos por um prazo de 16 anos e no valor global de R$ 1.460.726.096,76, ou seja, cada veículo custaria mensalmente R$ 69.594,84. O objeto da licitação inclui também a manutenção integral dos veículos, a implantação e instalação da infraestrutura de recarga e suporte, e a adaptação da estrutura da oficina e garagem da Metrobus.

Na recomendação, a promotora alegou que a empresa deveria demonstrar a vantagem de alugar os veículos ao invés de adquirir. O edital do pregão argumenta que há vantagem pela viabilidade de manutenção, visto a dificuldade de encontrar peças e oficinas responsáveis pelo tipo de ônibus, mas não existe um demonstrativo financeiro ou planilha que comprove um custo mais reduzido, como deveria ter, segundo a promotora.

Site:
http://www.podergoias.com.br/materia/9474/metrobus-adia-para-junho-edital-para-alugar-114-onibus-eletricos

Estudo do TCE-GO sobre primeira infância mostra situação crítica em todo o Brasil

Nielton Soares dos Santos

A situação da primeira infância em todo o Brasil apresenta dados alarmantes, segundo estudo elaborado pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**). Os números constam de painéis do Portal da Primeira Infância, lançado nesta sexta-feira, 29, pelo órgão goiano, na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília.

O **conselheiro** do **TCE**-**GO** **Edson Ferrari** revelou que a situação nacional com os cuidados com a primeira fase da vida humana, que corresponde às crianças de zero a 6 anos de idade, está crítica. O portal, desenvolvido pelo Tribunal, com a chancela da Associação dos Membros dos TCs, do Instituto Rui Barbosa e do Conselho Nacional de Presidentes dos TCs, já está disponível para consulta. Em março, o CNJ designou o **TCE**-**GO** para fazer um estudo sobre a primeira infância, após apresentação de uma pesquisa de Ferrari.

A plataforma traz 10 indicadores sociais, compilados de fontes oficiais e mostrados em mapas, gráficos e linhas do tempo. Desse total, três deles foram considerados muito ruins, como mortalidade materna, partos cesáreos e crianças em creches e sete em nível de atenção: pré-natal, nascidos vivos de baixo peso, mortalidade infantil, mortalidade na infância, imunização contra poliomielite, cobertura de equipes de saúde da família e cobertura de esgotamento sanitário.

Por regiões e estados, é possível perceber a profundidade da desigualdade social. Os índices de vacinação contra pólio estão próximos de 90% em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ideal seria 95%), sendo menores que 40% no Amapá. No Paraná, quase 85% das mulheres têm acesso a pelo menos a sete consultas durante a gestação, mas no Amapá são apenas 36,7% e em Roraima, 41%.

Já em Roraima, Amapá e Amazonas os partos cesáreos representam menos de 40% do total. Em **Goiás**, o estado com pior desempenho, quase 70%. Em Rondônia, Paraná e Rio Grande do Sul mais de 60%. Nesse contexto, o percentual de cobertura de esgoto sanitário revela desigualdades abissais. Por exemplo, São Paulo e Distrito Federal contam com um pouco mais de 90%, enquanto Amapá, Rondônia e Pará, menos de 10%.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/estudo-do-tce-go-sobre-primeira-infancia-mostra-situacao-critica-em-todo-o-brasil-396811/

Portal mapeia indicadores e acende alerta sobre situação das crianças na primeira infância

Um levantamento inédito mapeou a situação das crianças, no Brasil. O Jornal Hoje mostra que a maioria dos indicadores está em alerta.

O Mapa de Indicadores da Primeira Infância foi lançado nesta sexta-feira (29) pelo Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas de **Goiás**.

São dez indicadores que mostram a situação da primeira infância no Brasil. Assim, fica mais fácil cobrar políticas públicas eficazes para o desenvolvimento pleno das crianças.

"O sentido do portal é de oferecer dados e informações e indicadores para que a sociedade civil possa contribuir no sentido de mobilizar os gestores públicos para essas políticas públicas", explica Edson Ferrari, presidente do **TCE**-GO e pres. do Comitê do Pacto pela 1ª Infância.

Segundo o levantamento, 68 mulheres morrem a cada mil partos em que o bebê nasce com vida. Na Europa, são oito, em média.

No Brasil, esse número alto acende um sinal de alerta máximo em 25 estados e o Distrito Federal. A exceção é o Acre.

Outro sinal vermelho é para a quantidade de cesáreas. Eles representam mais da metade dos realizados no país (57,2%).

A taxa de mortalidade entre crianças de até 5 anos também preocupa. Mais de onze em cada mil morrem antes de completar um ano e treze em cada mil morrem antes de completar cinco anos.

O levantamento ainda aponta que a cobertura vacinal contra poliomielite deveria ser de 95% e nenhum estado atingiu essa meta. A média é de 70,6%.

"O Brasil em 1994 recebeu o Certificado Internacional de Erradicação da pólio. Nos últimos 4 anos para cá, esse índice caiu para 70% e é preocupante. O Brasil corre sério risco de voltar a ter poliomielite nas crianças de 1 a 6 anos", diz Edson Ferrari.

Veja a reportagem completa no vídeo acima.

Site: https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/04/29/portal-mapeia-indicadores-e-acende-alerta-sobre-situacao-das-criancas-na-primeira-infancia.ghtml

Ranilson Ramos participa de reunião com presidentes dos Tribunais de Contas

por Carlos Britto // 29 de abril de 2022 às 09:20

O presidente do **TCE**-PE, **conselheiro** Ranilson Ramos, participou nesta semana da 2ª Reunião Ordinária de 2022 do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** (CNPTC), realizada no **TCE** de Minas Gerais, em Belo Horizonte. O encontro tratou de assuntos relevantes ao sistema de Controle Externo e marcou a volta dos encontros presenciais da entidade, que só aconteciam em modo exclusivamente virtual, desde 2020.

Na ocasião, o presidente do **TCE**-**GO**, **Edson Ferrari**, fez a apresentação do **Pacto Nacional pela Primeira Infância** - iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, que conta com a adesão de diversas instituições como os tribunais de contas do país. O Pacto visa a reduzir a vulnerabilidade social e garantir o direito das crianças, desde o nascimento até os seis anos de idade.

O assunto, inclusive, será tema de um evento promovido pelo **TCE**-PE, numa iniciativa do presidente Ranilson Ramos, visando à melhoria da política pública no Estado.

Por meio da Gerência de Auditoria de Desempenho e Estatísticas Públicas, o **TCE**-PE vem desenvolvendo um trabalho de avaliação de políticas públicas sobre a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (trata da universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e da ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos). Atualmente está em estudo uma metodologia de avaliação dessa política em conjunto com gestores públicos e especialistas na área.

Site: https://www.carlosbritto.com/ranilson-ramos-participa-de-reuniao-com-presidentes-dos-tribunais-de-contas/